

**COMPENSAÇÃO MINERÁRIA**  
**Parecer Único IEF/URFBio-CO/DIUC Nº 05/2019.**

**1.0 DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO**

<b>Tipo de Processo / Número do Instrumento</b>	(x) Licenciamento Ambiental	PA COPAM Nº 00393/1999/003/2011
<b>Fase do Licenciamento</b>	Licença de Operação Corretiva - LOC	
<b>Empreendedor</b>	Mineração Leal e Rosa Ltda	
<b>CNPJ / CPF</b>	19.958.883/0001-75	
<b>Empreendimento</b>	Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento.	
<b>DNPM</b>	831.830/1998	
<b>Classe</b>	5	
<b>Condicionante /texto</b>	Nº <i>“09 – Apresentar proposta de medida compensatória em atendimento ao disposto anteriormente no art. 36 da Lei 14.309/2002. Ressaltando que a referida compensação deverá ser em área igual à impactada, inclusive com cômputo de toda a área utilizada para disposição de estéril, estradas de acesso, etc.”</i>	
<b>Localização</b>	Arcos – MG	
<b>Bacia</b>	Rio São Francisco	
<b>Sub-bacia</b>	Rio São Miguel	
<b>Área intervinda (ha)</b>	13,3342 ha	
<b>Localização da área proposta</b>	Unidade de Conservação: Parque Estadual Serra do Cabral	Município: Buenópolis
<b>Área proposta (ha)</b>	15,5 ha, sendo 13,3342 ha para esta compensação e 2,1658 ha que ficará de crédito para compensações futuras.	
<b>Equipe / Empresa responsável pela elaboração do PECM</b>	Consultoria: Êxito Consultoria Ambiental Ana Cláudia Ferreira Teixeira – Engenheira Ambiental – CREA/MG: 195.575/D	

## 2.0 ANÁLISE TÉCNICA

### 2.1 Introdução

Trata-se de expediente referente ao processo administrativo formalizado pela Mineração Leal e Rosa Ltda, com o objetivo de dar cumprimento à informação complementar nº 09 do processo de licenciamento ambiental, relativa à compensação estabelecida pelo Art. 75 da Lei Estadual 20.922/2013.

*Art. 75. O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei.*

Noutros termos, trata-se de processo administrativo pelo qual, o empreendedor em comento, deseja compensar florestalmente as intervenções em vegetação nativa, previstas no processo de regularização ambiental, para a implantação do empreendimento/atividade em epígrafe.

A proposta de compensação florestal apresentada pelo empreendedor refere-se ao processo administrativo de regularização ambiental COPAM Nº 00393/1999/003/2011 cujo empreendimento trata-se de lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento, enquadrando-se, portanto na categoria “empreendimento minerário”.

Em virtude de supressão de vegetação e por ser empreendimento minerário, com base em justificativa apresentada no Parecer Único da Supram ASF nº 0589950/2011, recebeu condicionante de “compensação minerária” (nº 09) prevista na supracitada lei, na concessão da Licença de Operação Corretiva (LOC nº 042/2011), assinada no dia 18 de agosto de 2011:

*“09 – Apresentar proposta de medida compensatória em atendimento ao disposto anteriormente no art. 36 da Lei 14.309/2002. Ressaltando que a referida compensação deverá ser em área igual à impactada, inclusive com cômputo de toda a área utilizada para disposição de estéril, estradas de acesso, etc.”*

Em atendimento à condicionante, o empreendedor apresentou proposta de compensação minerária em 14/06/2016, junto à Gerência de Compensação Ambiental – GCA, originando o processo nº 82/2016. Após descentralização dos processos de compensação minerária, tal processo foi enviado para análise da Coordenação de Unidades de Conservação da URFBio

Centro-Oeste, em 24/02/2018. Assim, o objetivo deste parecer é avaliar a referida proposta, de modo a subsidiar a decisão da Câmara de Proteção à Biodiversidade - CPB.

## **2.2 Área intervinda**

O empreendimento encontra-se localizado no município de Arcos, imóvel denominado Fazenda Mãe D'água. De acordo com o Parecer Único da SUPRAM-ASF nº 0589950/2011, o imóvel está matriculado sob nº 16.564 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Arcos e possui área total de 93,86 hectares. Os 20% referentes a Reserva Legal da propriedade foram regularizados no âmbito do processo de licenciamento, conforme consta no já referido Parecer da Supram-ASF.

O objeto deste processo de compensação florestal minerária é caracterizado pelo cumprimento da condicionante nº 09, relacionada ao PA COPAM nº 00393/1999/003/2011.

Segundo consta no Parecer Único da SUPRAM-ASF nº 0589950/2011 o empreendimento operou até o mês de março de 2010 mediante um Termo de Ajuste de Conduta assinado com a promotoria de Arcos. Em abril de 2010, a mesma requereu junto ao órgão ambiental a Licença de Operação Corretiva.

Após algumas divergências quanto ao quantitativo correto da Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento, a empresa chegou a conclusão que a área efetivamente ocupada pelo empreendimento trata-se de 13,3342 hectares.

O empreendimento possui potencial poluidor grande e porte médio, parâmetro que o classifica da classe 5. Se insere no Bioma da Mata Atlântica, de acordo com o mapa de Biomas do IBGE e pertence a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sub-bacia do Alto São Francisco.

## **2.3 Proposta Apresentada**

A empresa propõe o cumprimento da compensação florestal minerária mediante a doação ao Poder Público de uma área de 15,5 hectares, no interior do Parque Estadual Serra do Cabral, sendo 13,3342 hectares referentes a esta compensação e 2,1658 hectares ficando como crédito para compensações futuras.

O Parque Estadual Serra do Cabral (PESC) foi criado pelo Decreto Estadual 44.121 de 29 de setembro de 2005. A UC possui área total de 22.494,17 ha, abrangendo os municípios de Buenópolis e Joaquim Felício.

O **Parque Estadual da Serra do Cabral** está localizado na região centro-norte do Estado, na serra de mesmo nome que faz parte da Cordilheira do Espinhaço. Com altitudes que variam entre 900 e 1300 metros de altitude, a Serra é um divisor de águas entre os rios das Velhas e Jequitaiá, ambos afluentes da margem direita do rio São Francisco.

A vegetação local é composta de veredas, matas e cerrado. Há ocorrência de sempre-vivas e palmito doce (*Euterpe edulis*). Na fauna destaca-se a presença de antas (*Tapirus terrestris*), espécie ameaçada de extinção.

O Parque abriga muitas nascentes, entre elas a dos córregos Riachão Embaiassaia, responsáveis pelo abastecimento das áreas urbanas dos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício, respectivamente. A abundante rede hidrográfica forma inúmeras cachoeiras e piscinas naturais, que compõem, juntamente com os afloramentos rochosos, as veredas, matas e campos naturais, paisagens de grande beleza.

Destaca-se o grande número de sítios arqueológicos pré-históricos existentes. Em diversos locais são registradas pinturas rupestres onde predominam desenhos zoomorfos.

A área destinada a compensação localiza-se no município de Buenópolis/MG, especificamente dentro da Fazenda Buriti dos Almeidas que possui área total de 510,9022 ha. A empresa possui dois Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda do Imóvel, um com definição da compra de 10 hectares, e outro com mais uma área de 5,5 ha, totalizando os 15,5 hectares que serão doados nesta compensação.

A Fazenda Buriti dos Almeidas está matriculada sob nº 7.279, livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Buenópolis, MG e apresenta inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR nº MG-3109204-D83620B8ADBA4C8B97A342BFFB49C9BC.

A declaração emitida pelo Gerente do Parque Estadual Serra do Cabral, anexada aos autos do processo (folha 159 a 161 da Pasta GCA nº 82/2016), atesta que a fazenda Buriti dos Almeidas, matrícula nº 7.279, está PARCIALMENTE inserida nos limites da Unidade de Conservação de Proteção Integral – Parque Estadual Serra do Cabral e que está pendente de regularização fundiária (Anexo I).

Analisando o mapa, o memorial descritivo e os arquivos digitais de localização da área, conforme enviado pelo empreendedor, atestamos que a área de 15,5 hectares, a serem doados como forma de compensação, estão integralmente inseridos dentro dos limites do Parque Estadual Serra do Cabral.

No anexo II deste parecer, apresenta-se imagens da área proposta em relação ao Parque Estadual Serra do Cabral, bem como sua localização na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

## **2.4 Avaliação da proposta**

Com base em análise realizada em software de geoprocessamento, a área da poligonal kml enviada pelo empreendedor, destinada à compensação em tela, é de 15,5 ha, sendo que 13,3342 ha se referem a compensação analisada por este processo e o restante, ou seja, os 2,1658 ha ficarão de crédito para utilização em compensações futuras. Importante destacar que este arquivo poligonal consta no CD anexo à fl. 255 da Pasta GCA nº 82/2016.

Tanto a planta altimétrica quanto o memorial descritivo da área para a compensação ambiental em tela, constam do processo Pasta GCA nº 82/2016. O responsável técnico pela elaboração desses documentos é o Técnico Agrimensor, Mauro Lúcio Falcão, CFT BR nº 140601695-0. Conforme o Memorial Descritivo constante da fl. 252 e 253, a área proposta para a compensação ambiental tem 15,5 ha, sendo 13,3342 hectares referentes a essa compensação e 2,1658 hectares que ficarão de crédito para compensações futuras.

Assim, com base nos documentos relativos às informações acima apresentadas, verifica-se que a área proposta para a compensação ambiental em tela é de 15,5 ha, sendo 13,3342 hectares referentes a essa compensação e 2,1658 hectares que ficarão de crédito para compensações futuras. A compensação da área de 13,3342 ha foi requerida na condicionante nº 09, constante no PU Supram-ASF nº 0589950/2011, que gerou a concessão da Licença de Operação Corretiva nº 042/2011, atendendo, portanto, ao Art. 75 da Lei Estadual 20.922/13.

Uma vez que este parecer não visa avaliar os dados contidos no Memorial Descritivo (fls. 252 e 253, do processo Pasta GCA nº 82/2016) é importante destacar a necessidade de conferência dos mesmos por parte da equipe de regularização fundiária do Instituto Estadual de Florestas, quando da elaboração da “Minuta da Escritura Pública de Doação Plena”.

Com relação à forma de compensação, a proposta apresentada compreende a doação de área no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral, pendente de regularização fundiária, atendendo também ao Art. 75 da Lei Estadual 20.922/13.

Acrescenta-se que em ambos os critérios, a proposta atende também o CAPÍTULO II DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS Art. 2º, inciso I, da Portaria IEF 27/2017:

*(...) Art. 2º - A compensação florestal a que se refere o § 2º do art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013 implica na adoção das seguintes medidas por parte do empreendedor:*

*I - Destinação, mediante doação ao Poder Público, de área no mínimo equivalente à extensão da área efetivamente ocupada pelo empreendimento, incluindo a extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades, independentemente da supressão de vegetação nativa, localizada no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral pendente de regularização fundiária; (...).*

Ressalta-se que a Parque Estadual Serra do Cabral é Unidade de Conservação de Proteção Integral e que a área proposta para compensação em tela, conforme Declaração emitida pelo Gerente da Unidade (Anexo I) encontra-se pendente de regularização fundiária.

Assim, com base nos aspectos observados conclui-se que a proposta apresentada no Plano Executivo de Compensação Minerária atende a legislação ambiental vigente.

## 2.5 Cronograma de regularização da área

**A seguir apresenta-se o cronograma proposto pelo empreendedor para cumprimento de todas as etapas necessárias para a regularização fundiária de área proposta.**

<b>Ação</b>	<b>Detalhamento da Atividade</b>	<b>Período de Execução</b>
Desmembramento da área em cartório	Será solicitado ao cartório o desmembramento da área ainda em nome da proprietária Joana Vitória e outros – certidão de inteiro teor	30 dias após aprovação da CPB

CCIR	Será solicitado ao INCRA o CCIR em nome desta área desmembramento	30 a 45 dias após desmembramento no cartório
Regularização do Desmembramento	Será feita a certidão de inteiro teor em nome da empresa	30 dias após o desmembramento
CCIR	Será solicitado ao INCRA o CCIR em nome desta área desmembramento - empresa	30 a 45 dias
Registro Notas	Lavatura da Escritura	20 dias
Registro de Imóveis	Lavatura do Registro	20 dias
Registro de Imóveis	Doação para o estado	40 dias

Quadro 1: cronograma de atividades de compensação.

Destaca-se que este cronograma deve constar no termo de compromisso, de modo que o cumprimento parcial da condicionante seja avaliado em termos de cumprimento do cronograma.

Acrescenta-se que o cumprimento total da condicionante se dará quando for concluída a doação da área proposta ao Instituto Estadual de Florestas – IEF.

### 3.0 CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se o expediente de processo visando o cumprimento de condicionante de compensação florestal mineraria nº 09, estabelecida no PU Supram-ASF nº 0589950/2011, referente ao PA COPAM 00393/1999/003/2011, do empreendimento Mineração Leal e Rosa Ltda., que visa regularizar a atividade de “Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento”.

A presente proposta de compensação compreende a doação no interior do Parque Estadual Serra do Cabral, de área correspondente a 15,5 ha, sendo 13,3342 hectares referentes a essa compensação e 2,1658 hectares que ficarão de crédito para compensações futuras.

Destaca-se que os autos encontram-se devidamente formalizados e instruídos com a documentação exigida pela Portaria nº 27, de 07 de abril de 2017 que estabelece procedimentos para o cumprimento da medida compensatória a que se refere o § 2º do Art.

75 da Lei Estadual nº. 20.922/2013 e dá outras providências. Sendo que o empreendedor encaminhou todos os documentos solicitados, os quais, após análise abonam a proposta em questão.

Ressalta-se ainda, que a proposta de compensação apresentada pelo empreendedor está em conformidade com a legislação vigente, notadamente com as prerrogativas estabelecidas no artigo 75 da Lei nº 20.922/2013, não havendo ônus que recaiam sobre o imóvel neste momento. Salientamos que a compensação ambiental florestal está sendo realizada, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica.

Imprescindível asseverar que caso a presente proposta seja aprovada pela CPB/COPAM, o empreendedor se comprometerá, via assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF, a proceder a doação da área mediante a lavratura de escritura pública de doação do imóvel ao órgão gestor da unidade, e o seu consequente registro perante o CRI competente.

Assim, uma vez que a documentação exigida, bem como, a proposta apresentada atende os requisitos técnicos e legais entende-se que não há óbices para o acatamento da proposta.

#### 4.0 CONCLUSÃO

Considerando-se as análises técnica e jurídica realizadas infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do artigo 13 do Decreto 46.953/2016.

Ainda, considerando os aspectos técnicos descritos e analisados, bem como a inexistência de óbices jurídicos no cumprimento da proposta de Compensação Minerária em tela, este Parecer é pelo deferimento da proposta de compensação florestal minerária apresentada pelo empreendedor nos termos do PECM analisado.

Acrescenta-se que caso aprovado, os termos postos no PECM e analisados neste parecer constarão em Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o IEF no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da decisão da CPB/COPAM.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação minerária em tela não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Smj.

Divinópolis, 17 de maio de 2019.


Equipe de análise	Cargo/formação	MASP	Assinatura
Dayane Nayara de Carvalho	Analista Ambiental	1.363.958-8	
Letícia Horta Vilas Boas	Analista Ambiental com formação jurídica	1.159.297-9	




DE ACORDO:

---

Amanda Cristina Chaves  
Supervisora Regional – IEF  
Masp: 1.316.503-0

**Anexo I**

 Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
Instituto Estadual de Florestas - IEF  
Escritório Regional de Florestas e Biodiversidade Centro Norte - ERCN  
Gerência do Parque Estadual Serra do Cabral

**DECLARAÇÃO**

Parque Estadual da Serra do Cabral, 20 de JANEIRO de 2016.


**Assunto:** Declaração de localização de imóvel.

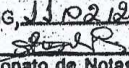
Declaro, para os devidos fins, que a área pertencente ao Sr. JOANA VITÓRIA DE SOUZA TOLEDO, situada na Serra do Cabral, na Fazenda Buriti dos Almeida, Município de Buenópolis - MG, conforme Certidão de Inteiro Teor fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Buenópolis, AV-01, matrícula nº 7.279, protocolo 17.272 de 19/11/2015, tendo como referência as coordenadas que constam no documento apresentado, e que confirmam que o imóvel citado está PARCIALMENTE inserido nos limites da Unidade de Conservação de Proteção Integral - Parque Estadual Serra do Cabral, com bioma Cerrado, conforme documento em anexo constando os limites do Parque e a referida área, a qual encontra-se pendente de regularização fundiária.


Parcela da Propriedade Inserida nos limites da Unidade de Conservação: 508,99ha  
Parcela da propriedade fora dos limites da Unidade de Conservação: 1,42ha

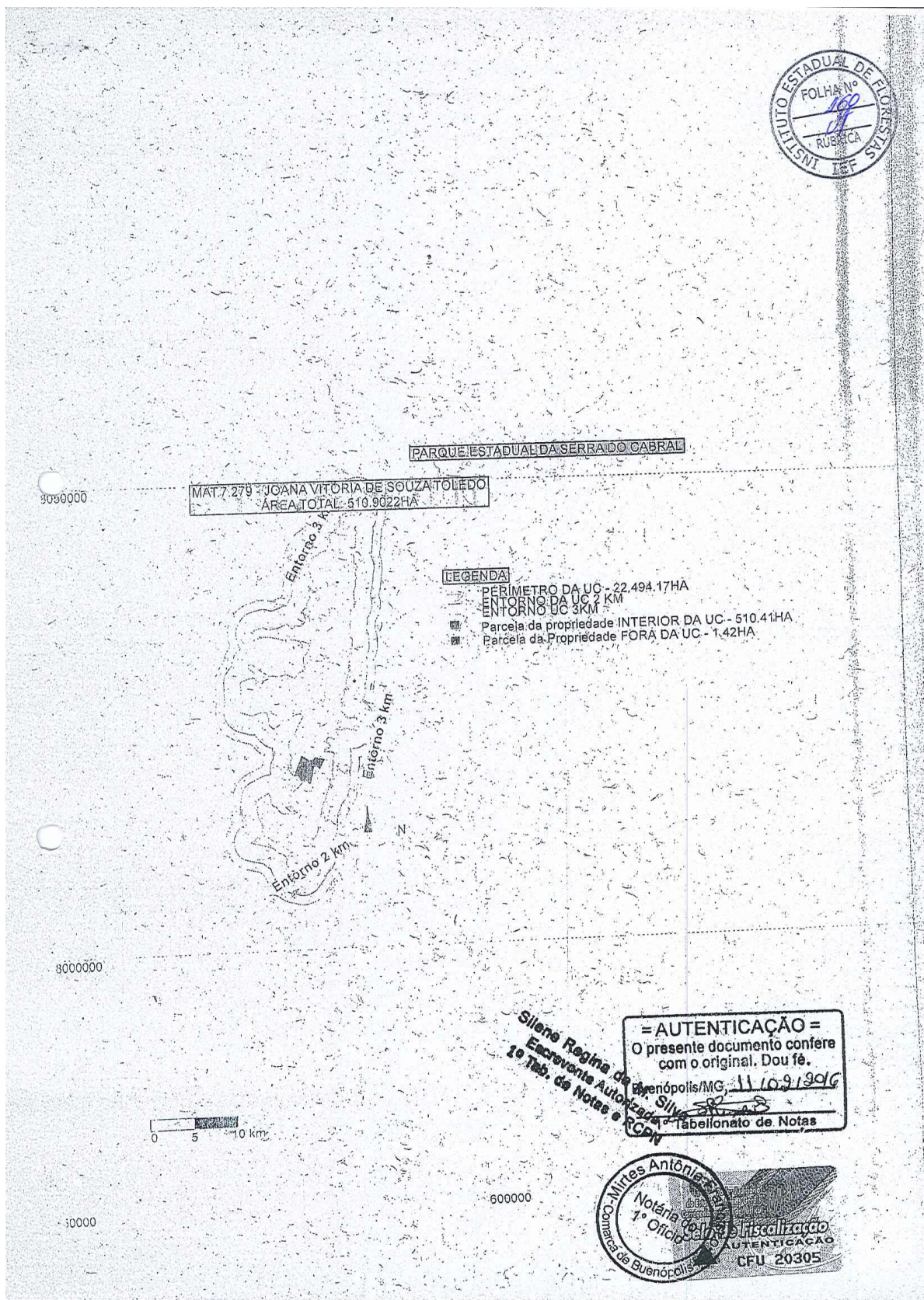
Este documento não tem validade como laudo técnico.

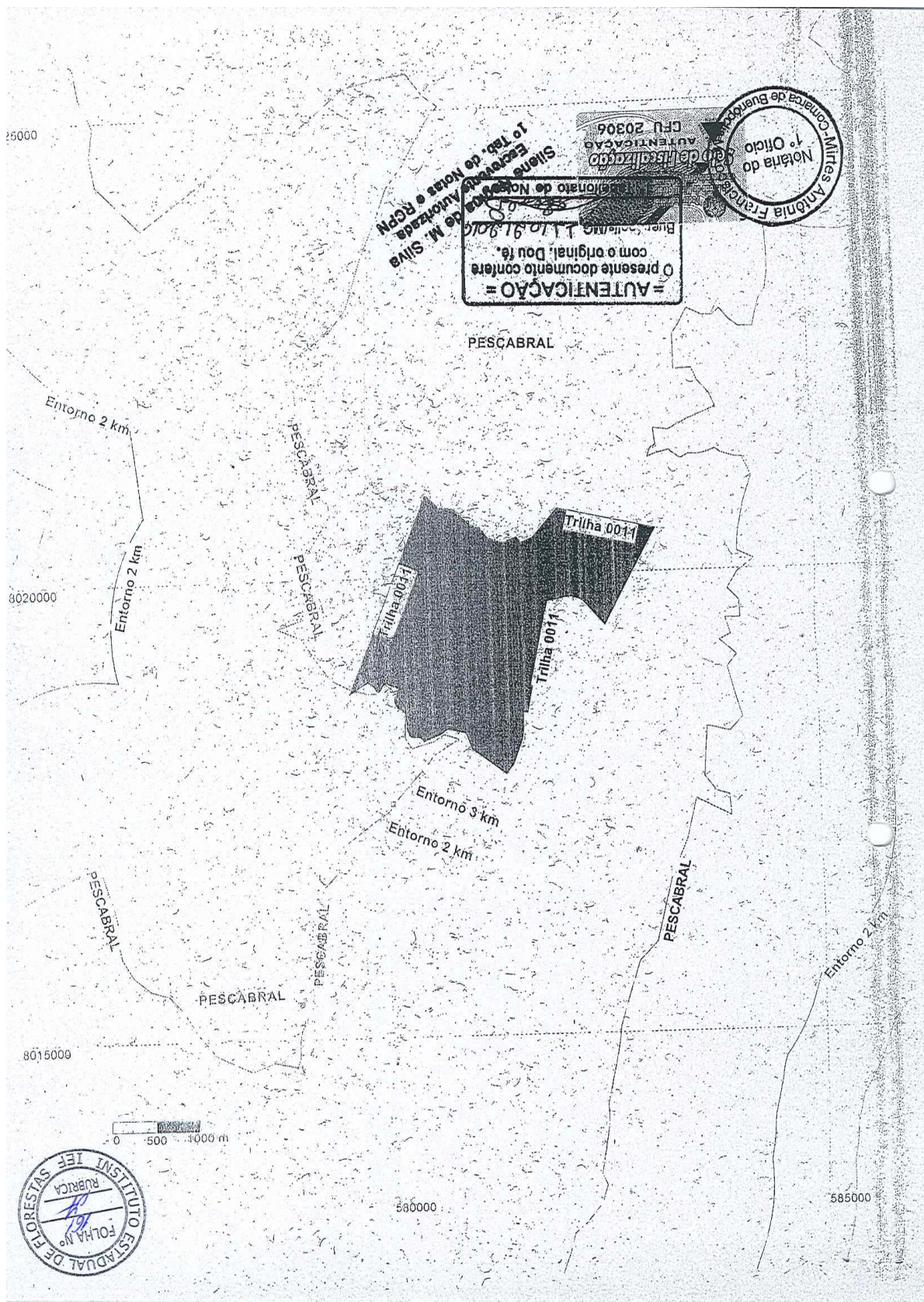
Atenciosamente,

  
Jaydas Jorge de Alcântara  
Masp: 10206019  
Gerente da UC  
Parque Estadual da Serra do Cabral

**= AUTENTICAÇÃO =**  
O presente documento confere com o original. Dou fé.  
Buenópolis/MG, 11 02 2016  
  
Escritoriente Autorizada 1º Tabelionato de Notas







**Anexo II**



Imagem 1: Área Diretamente Afetada (em vermelho). Fonte: Google Earth.



Imagem 2: Em verde-claro os limites do Parque Estadual Serra do Cabral, e em verde limão os limites da área de compensação minerária – 15,5 hectares. Fonte: Google Earth.

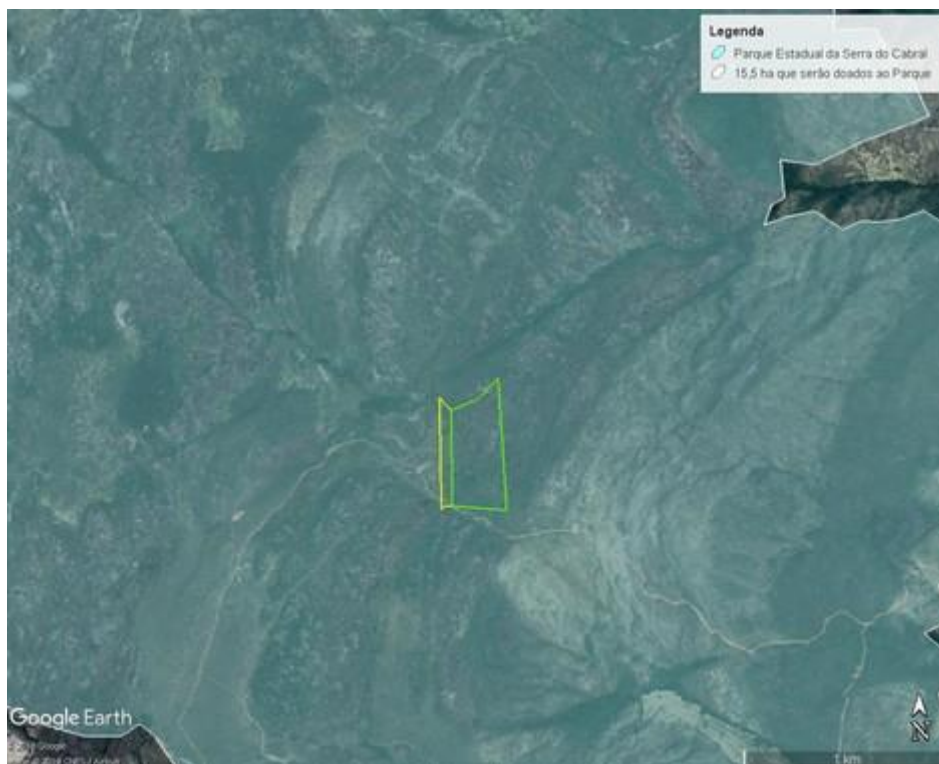


Imagem 3: Imagem 2 aproximada. Fonte: Google Earth.

